

Projeto de Escola e Avaliação Institucional: para quê?

Ana Maria Falsarella^{1*} anamariafal@uol.com.br

Doutora em Educação pela PUC-SP, professora do Mestrado Profissional em Educação “Processos de Ensino, Gestão e Inovação” do Centro Universitário de Araraquara – UNIARA; pesquisadora do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária – CENPEC. anamariafal@uol.com.br.

Palavras Chave: política educacional, projeto de escola, avaliação institucional.

Introdução

Estudos sobre a escola a partir de sua dinâmica interna e em sua especificidade histórica e cultural, têm ganhado importância nas pesquisas educacionais. É a esse espaço de contradições a que se chama escola que chegam as propostas governamentais de reforma. **Questão:** Como se dá o encontro entre tais propostas e a escola em sua concretude? Este trabalho teve por **objetivo** analisar conjuntamente dois aspectos relacionados da atual política educacional brasileira em suas repercussões na escola: a elaboração do projeto pedagógico e a avaliação institucional. No início de 2014, foram analisados os projetos político-pedagógicos (realizada) de quatro escolas públicas de um mesmo sistema de ensino municipal, elaborados após a realização de avaliação institucional orientada pelo respectivo sistema. Neste trabalho são apresentadas as dificuldades enfrentadas para a elaboração dos projetos e são discutidas as contradições presentes no discurso que defende a autonomia da escola para elaborá-lo. Constituíram **critérios de análise:** liderança; consenso; coerência; exequibilidade; condições estruturais; estabilidade de pessoal; compromisso e corresponsabilidade dos envolvidos; disposição para o trabalho coletivo.

Resultados e Discussão

Com base na **análise do conteúdo** dos projetos político-pedagógicos, constatou-se que os maiores **problemas** na elaboração referem-se a:

- ausência ou pouca relação entre o diagnóstico realizado sobre as demandas e fragilidades da escola e as ações propostas para superá-las;
- as análises feitas pelas equipes escolares sobre o contexto e a situação da escola são superficiais, em especial, no que tange aos aspectos pedagógico-curriculares (práticas docentes, trabalho interdisciplinar, dificuldades dos professores no domínio de conteúdo e gestão de classe) e avaliativos do trabalho escolar (resultados do rendimento escolar em avaliações internas e externas etc);
- a proposta pedagógica, via de regra, é cópia de matrizes curriculares de avaliação externa; portanto, é de uso geral, não própria a cada realidade, o que não é de se estranhar haja vista a cobrança dos sistemas e da sociedade de bom desempenho nas avaliações externas de larga escala;
- a maior parte das dificuldades é atribuída, pela escola, a fatores externos, tais como demandas burocráticas da SME e situação econômico-social das famílias;
- as dificuldades de aprendizagem dos alunos, em especial, são atribuídas ao fato de “as famílias serem desestruturadas, de baixo poder aquisitivo, sem uma base de formação cultural”, o que reflete uma visão equivocada e preconceituosa.

Conclusões

Chegou-se a duas conclusões básicas:

- As equipes escolares não percebem ou não demonstram perceber as evidentes condições

contraditórias que são oferecidas e que contradizem o discurso oficial sobre autonomia da escola e elaboração do projeto pedagógico;

- É contraditório imputar à escola a responsabilidade de elaborar e implementar o projeto pedagógico e responder sozinha por resultados de desempenho escolar dos alunos, mensurados por meio de avaliações externas, quando, via de regra, a elaboração e a implementação do projeto é inviabilizada por:

- parcas condições estruturais da escola;
- ausência de apoio do sistema educacional;
- tempo reduzido de trabalho que possibilite manter a comunidade escolar reunida para debates e tomadas conjuntas de decisões;
- dificuldade da equipe gestora da escola em “tocar a rotina”, resolvendo os problemas do cotidiano e, ao mesmo tempo, conduzir o trabalho coletivo de elaboração do projeto.

Desta forma, o projeto político-pedagógico se configura em documento burocrático, sem utilidade prática como instrumento de trabalho dos profissionais da escola

Referências

- AZANHA, José Mário P. *Educação: temas polêmicos*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- BALL, Stephen J. Profissionalismo, gerencialismo e performatividade. *Cadernos de Pesquisa*, v. 35, n. 126, p.539-564, set./dez.2005.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. Cap. 5 – Sistemas de ensino e sistemas de pensamento. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- BRANDALISE, Mary Ângela T. Avaliação institucional da escola: conceitos, contextos e práticas. *Olhar de professor*. Ponta Grossa, 13(2): 315-330, 2010. Disponível em <http://www.uepg.br/olhardeprofessor>. Acesso em 03/01/2015.
- CAVAGNOLI, Irani. Missão, Visão, Estratégia e Táticas. *Gestão e Inovação*. Disponível em <http://gestaoeinovacao.com/autor/irani/>. Publicado em 01/31/2012. Acesso em 05/01/2015.
- CONTRERAS, José, *Autonomia de professores*. São Paulo: Cortez, 2002.
- FERNANDES, Maria Estrela A.; BELLONI, Isaura. Progestão: Módulo IX – Como desenvolver a avaliação institucional da escola?. Brasília: CONSED – Conselho Nacional de Secretários de Educação, 2001. Reimpressão: São Paulo, 2004.
- Hargreaves, Andy, *Os professores em tempo de mudança*. Lisboa: McGraw-Hill, 1998.
- MARTINS, Ângela Maria. Autonomia da escola: a (ex) tensão do tema nas políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2002.
- MORAES, Sandro R. C.; SILVA, Itamar M. Escola básica e auto-avaliação institucional: possíveis conquistas, novos desafios. Trabalho apresentado na 32ª Reunião da Anped, Caxambu, 2009. Disponível em <http://32reuniao.anped.org.br/arquivos/trabalhos/GT05-5255--Int.pdf>. Acesso em 04/01/2015.
- NEVES, Carmem M. de C. Autonomia da escola pública: um enfoque operacional. In: VEIGA, Ilma P. A. (org.). *O Projeto Político-Pedagógico e a organização do trabalho da escola*. Campinas-SP: Papyrus, 1995.
- RAMOS, Rogério. Missão, Visão e Valores: Os Princípios Essenciais. *InfoEscola*. Disponível em <http://www.infoescola.com/autor/rogerio-ramos/1974/>. S/d.de publicação. Acesso em 05/01/2015.

São Paulo, março de 2015.